

Entre 1980 e 1987 — Técnico Superior, na Delegação Regional de Lisboa do Ministério da Indústria e Energia;

Docente universitário e vogal de jûris de provas para atribuição do título de especialista na área de Gestão da Qualidade;

Autor de vários trabalhos, estudos e artigos publicados em revistas e boletins da especialidade e de comunicações apresentadas em congressos, seminários e conferências.

4 — Formação profissional:

2016 — A nova ISO 9001:2015 — uma oportunidade de melhoria do Sistema de Gestão da Qualidade, pela APQ;

2014 — Controlo de Gestão, pela Competir — Formação e Serviços, SA;

2014 — Gestão de Conflitos, pela Competir — Formação e Serviços, SA;

2012 — FORGEP — Curso de Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração;

2010 — Curso de «Inglês para relações internacionais», pelo Instituto Nacional de Administração;

2010 — A norma ISO 9001 como ferramenta de gestão das organizações, pela QUAL;

2009 — O Líder eficaz em tempos de crise, pelo Instituto Nacional de Administração;

311492753

Despacho n.º 7117/2018

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e na sequência do procedimento concursal n.º 771_CReSAP_31_06/17, repetido com o n.º 861_CReSAP_31_06/17, realizado pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) para recrutamento e seleção de titular para o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português da Qualidade, I. P., no âmbito do qual foram propostos para designação três candidatos, entre os quais o Licenciado António José Ruas Mira dos Santos.

1 — Assim, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e da alínea b) do n.º 8.1 do Despacho n.º 7543/2017, publicado no *Diário da República* n.º 164, de 25 de agosto, designo, em comissão de serviço, por um período de 5 anos, renovável por igual período, o Licenciado António José Ruas Mira dos Santos, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português da Qualidade, I. P., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho do cargo são evidenciadas na respetiva nota curricular, que consta do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 6 de julho de 2018.

6 de julho de 2018. — A Secretária de Estado da Indústria, *Ana Teresa Cunha de Pinho Tavares Lehmann*.

ANEXO

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: António José Ruas Mira dos Santos;

Nacionalidade: Portuguesa;

Data de nascimento: 26 de fevereiro 1953.

2 — Habilitações académicas:

1977 — Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica — Ramo Energia.

3 — Experiência profissional:

Desde 1 de abril de 2017 exerceu, em regime de substituição, o cargo de Presidente do Instituto Português da Qualidade.

Entre 2013 e março de 2017 exerceu o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português da Qualidade, I. P.;

De junho de 2011 a julho de 2012 — Secretário-Geral da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego;

De novembro de 2009 a junho de 2011 — Secretário-Geral da Secretaria-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento;

De junho de 2009 a novembro de 2009 — Secretário-Geral da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação;

De maio de 2007 a junho de 2009 — Subdiretor-Geral da Direção-Geral das Atividades Económicas;

De novembro de 2004 a maio de 2007 — Diretor Regional da Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo;

De janeiro de 2004 a novembro de 2004 — Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Comércio e Serviços, na Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo;

De dezembro de 1999 a janeiro de 2004 — Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Dinamização Empresarial, na Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo;

De 1991 a dezembro de 1999 — Chefe de Divisão da Divisão de Apoio Técnico, na Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo.

De 1980 a 1991 — Técnico superior na Direção-Geral de Energia (1980-1983), no IAPMEI (1983-1989) e na Delegação Regional da Indústria e Energia de Lisboa e Vale do Tejo (1990-1991).

4 — Formação profissional:

Curso Avançado de Gestão Pública;

Formação diversa na área de planeamento e controlo de gestão, avaliação de empresas, análise e avaliação de projetos de investimento, metodologia e prática de diagnóstico de empresas, qualidade total e inteligência coletiva.

311492712

Despacho n.º 7118/2018

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e na sequência do procedimento concursal n.º 773_CReSAP_33_06/17, repetido com o n.º 844_CReSAP_31_06/17, realizado pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) para recrutamento e seleção de titular para o cargo de vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português da Qualidade, IP, no âmbito do qual foram propostos para designação três candidatos, entre os quais a Licenciada Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob.

1 — Assim, ao abrigo do disposto no n.º 12 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e da alínea b) do n.º 8.1 do Despacho n.º 7543/2017, publicado no *Diário da República* n.º 164, de 25 de agosto, designo, em comissão de serviço, por um período de 5 anos, renovável por igual período, a Licenciada Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob, para exercer o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português da Qualidade, I. P., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho do cargo são evidenciadas na respetiva nota curricular, que consta do anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 6 de julho de 2018.

6 de julho de 2018. — A Secretária de Estado da Indústria, *Ana Teresa Cunha de Pinho Tavares Lehmann*.

ANEXO

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob;

Nacionalidade: portuguesa;

Data de nascimento: 27 de fevereiro de 1964.

2 — Habilitações literárias:

1987 — Licenciatura em Direito — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

1991/92 — Pós-graduação em Estudos Europeus (Vertente Económica) — Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2004 — Diploma de Especialização em Sociedade da Informação e Inovação na Administração Pública (DESIAP) — Instituto Nacional de Administração (INA).

2006 — Pós-graduação em Atualização em Legística e Ciência da Legislação — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2009 — Pós-graduação em Contencioso Administrativo (Frequência) — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3 — Experiência profissional mais relevante:

De 1 abril de 2017 até à presente data, em regime de substituição, exerceu o cargo de Vogal do Instituto Português de Qualidade, IP.

De dezembro de 2015 até março de 2017 — Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado da Indústria.

De 2013 até novembro de 2015 — Diretora de Serviços Jurídicos e Contencioso, em regime de comissão de serviço, na sequência de procedimento concursal, na Secretaria-Geral do Ministério da Economia.

De 2012 até 2013 — Diretora de Serviços Jurídicos e Contencioso, em regime de substituição, na Secretaria-Geral do ex-Ministério da Economia e do Emprego.

De 2008 até 2012 — Diretora de Serviços de Apoio Jurídico e Contencioso, na Secretaria-Geral do ex-Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

De 2007 a 2008 — Assessora jurídica no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública.

De 2002 a 2007 — Secretária-Geral Adjunta do Ministério da Cultura, exercendo igualmente funções como substituta da Secretária-Geral do Ministério da Cultura, nas suas ausências, faltas ou impedimentos.

De 2006 a 2007 — ponto focal SIMPLEX e representante do Ministério da Cultura (MC) junto do Gabinete Coordenador para o Plano Nacional (GCNELPT) — para a Estratégia de Lisboa (PNACE) e para o Plano Tecnológico.

De 2006 a 2007 — coordenadora na SG/MC do Projeto Europeu — Michael Plus — Multilingual Inventory of Cultural Heritage In Europe.

De 2005 a 2007 — Chefe de projeto das Compras Eletrónicas da SG/Ministério da Cultura.

De 2003 a 2007 — Membro da Unidade de Gestão e da Comissão de Acompanhamento do POC — Programa Operacional da Cultura e membro da Comissão de Acompanhamento do POSI/POSC — Programa Operacional da Sociedade da Informação/Conhecimento.

De 2003 a 2007 — Membro do Projeto Europeu Minerva e Minerva Plus, junto da Comissão Europeia.

De 2003 a 2007 — Representante oficial do Ministério da Cultura no NRG — National Representatives Group, no âmbito da Comissão Europeia, com intervenções efetuadas nas reuniões ocorridas em diversos Estados Membros da UE: Grécia; Itália; Irlanda; Holanda; Luxemburgo; Reino Unido; Áustria; Finlândia e Alemanha.

De 2002 a 2007 — Conselheira para a Igualdade junto da CIDM, em representação do MC.

De abril de 2002 a julho de 2002 — Adjunta jurídica do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Cultura.

De junho de 2001 a abril de 2002 — Técnica superior jurista no Gabinete Técnico-Jurídico, da Direção-Geral dos Serviços Prisionais do Ministério da Justiça.

2002 — Lecionou «Noções Jurídicas Elementares» no Centro de Formação Penitenciária, ao 1.º Curso de Formação Inicial de Guardas Prisionais.

De 1995 a junho de 2001 — exerceu funções, quer como adjunta, quer como assessora jurídica, junto de diversos Gabinetes governamentais do Ministério da Economia.

De 1991 a 1995 — Técnica superior jurista na Procuradoria-Geral da República.

De 1987 a 1991 — Exercício de advocacia numa Sociedade de Advogados.

Desempenho de funções de presidente e membro de Júris em procedimentos concursais para dirigentes intermédios e técnicos superiores na Administração Pública.

4 — Formação profissional

Organizou e interveio como conferencista e oradora e assistiu a diversos seminários, conferências e ações de formação, relacionados com a área do Direito; Legística; Economia; Sociedade da Informação; Governo Eletrónico e Economia Digital; Qualidade; Relações Internacionais; Liderança e Gestão, quer ao nível nacional, quer no âmbito da União Europeia e da OCDE, podendo referir-se nos últimos anos: FORGEP — Curso de Formação em Gestão Pública e Seminário de

Alta Direção para a Administração Pública, ambos pelo INA; Legística e Ciência da Legislação; Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas; Procedimento Administrativo; Resolução Alternativa de Litígios de Consumo; Regimes contraordenacionais; Contencioso Administrativo; Regime Jurídico dos Regulamentos; Digitalização: Experiência e Tecnologia; Tecnologias de Informação em Rede; Inovação Estratégica e Inteligência Competitiva; Ética, Conduta e Prevenção da Corrupção na Administração Pública; Desenvolvimento de Competências em Liderança e Gestão.

311492745

Secretaria-Geral

Aviso n.º 9968/2018

1 — Faz-se público que a Secretaria-Geral da Economia pretende recrutar, em regime de mobilidade na categoria, 2 (dois) trabalhadores detentores da carreira especial de Inspeção e categoria de Inspetor, nos termos do disposto no artigo 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para exercício de funções na Direção de Serviços de Auditoria e Controlo Interno.

2 — Requisitos gerais:

Trabalhadores com a categoria de Inspetor, detentores de relação jurídica de emprego público previamente constituída, em regime de nomeação.

3 — Habilitações Literárias:

Licenciatura em Economia, Gestão, Auditoria ou Direito, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional

4 — Caracterização do posto de trabalho:

Cumprimento das atribuições que competem à Direção de Serviços de Auditoria e Controlo Interno e que se encontram identificadas no artigo 9.º da Portaria n.º 287/2015, de 16 de setembro.

5 — Requisitos preferenciais:

Experiência comprovada no regime financeiro dos serviços e organismos da Administração Pública, em contratação pública de bens, serviços e empreitadas, em auditoria e controlo financeiro ou gestão de recursos humanos.

6 — Local de trabalho: Secretaria-Geral da Economia, Direção de Serviços de Auditoria e Controlo Interno (DSACI), Av. da República, n.º 79, 1069-218 Lisboa.

7 — Prazo de entrega das candidaturas: 10 (dez) dias úteis, a contar da data da publicação do Aviso no *Diário da República* e na BEP.

8 — Forma de apresentação das candidaturas:

a) A candidatura deverá ser formalizada através de requerimento dirigido à Secretária-Geral da Economia, contendo os seguintes elementos: nome, naturalidade, data de nascimento, morada, código postal, telefone de contacto, e-mail, habilitações literárias, modalidade da relação jurídica de emprego público e serviço/organismo a que pertence, carreira e categoria detida, posição e nível remuneratórios.

b) A candidatura deverá ser identificada com a menção «Recrutamento por Mobilidade na Categoria — Inspetor, Direção de Serviços de Auditoria e Controlo Interno», podendo ser entregue, pessoalmente, no serviço de expediente durante o horário normal de funcionamento (10h00 às 12h00 e das 14h30 às 16h30) ou, remetida pelo correio, em carta registada com aviso de receção, para: Secretaria-Geral da Economia, Av. da República, n.º 79, 1069-218 Lisboa;

c) O requerimento deverá ser, obrigatoriamente, acompanhado de currículo profissional devidamente atualizado, detalhado e assinado.

9 — Seleção dos candidatos: A seleção será feita com base na análise do *Curriculum vitae*, complementada com entrevista profissional.

4 de julho de 2018. — A Secretária-Geral da Economia, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

311483049